

# Amato: políticos inibem ação do Governo

SÃO PAULO — O Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, atribuiu ontem ao Congresso Nacional e à Constituição o fracasso do Governo no combate ao déficit público. Para ele, face ao ano eleitoral, o Congresso usa artimanhas que inibem a ação do Ministério da Fazenda na redução das despesas públicas, conforme declarou nos Estados Unidos, o Ministro Mailson da Nóbrega.

Segundo Amato, o Congresso criou

benefícios desnecessários ao funcionalismo público e pressiona o Governo ao determinar a reabertura, por exemplo, do Incra e da Embrater:

— O Governo demorou a tomar medidas para diminuir a inflação e combater o déficit público, mas quando o fez, o Congresso sustou sua ação. É preciso pensar menos na sucessão presidencial e mais em termos de Brasil - salientou Mário Amato.

Já para o empresário, Lawrence Pih, as afirmações do Ministro da Fazenda são incoerentes, na medida em que o Governo possui recursos para combater o déficit público sem a aprovação dos parlamentares. Ele defendeu a extinção de autarquias como o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), que em sua opinião são deficitárias, assim como a dispensa de funcionários públicos não concursados e em serviço por período inferior a cinco anos.

dos e em serviço por período inferior a cinco anos.

De forma irônica, Pih sugeriu também que o Governo repensasse as obras anunciadas pelo Planalto como prioritárias ao Nordeste — a Ferrovia Norte-Sul e o projeto Usimar. Acha também que o Governo tem que rever sua política de juros e de emissão de títulos públicos, que geram inflação.